



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0019478-62.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Arrolamento de Bens - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Pedro Angelo Pagoto e outro**  
 Requerido: **Maria das Graças da Silva Pagoto**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Processo nº 2.028/11

Vistos, etc.

Trata-se de inventário dos bens deixados por *Maria das Graças da Silva Pagoto*, a cuja partilha do espólio composto por um (02) imóveis (*matrículas nº 105234 e 50620*), concorrem o viúvo-meeiro e um (01) herdeiro filho ainda menor.

Os títulos dos herdeiros e dos imóveis acham-se corretamente juntados, e a situação tributária acha-se regularizada.

O ilustre representante do Ministério Público foi favorável à homologação da partilha, nos termos do parecer lançado às fls. 98.

Isto posto, HOMOLOGO A PARTILHA dos bens deixados por *Maria das Graças da Silva Pagoto*, atribuindo-os aos herdeiros na forma do plano de partilha de fls. 88/94, ressalvados eventuais erros e omissões.

**Indefiro** o pedido de gratuidade de Justiça, na medida em que o acervo do espólio é constituído de dois imóveis e os requerentes não necessitaram socorrer-se da Defensoria Pública para obter a nomeação de advogado, de modo que a possibilidade de pagamento dos honorários do profissional se presume, não havendo razão, com o devido respeito, para que seja deferida a gratuidade dos atos processuais tão somente a partir da declaração inclusa.

Uma vez comprovado o recolhimento das custas do processo, observando-se o valor atribuído ao monte mor, expeça-se o devido formal de partilha, arquivando-se oportunamente os autos.

P.R.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**